



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO nº 0072427-95.2010.8.17.0001 (0333966-0)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

PROCURADOR: LORENA COELHO GANTOIS MASSA

AGRAVADO: ALBANY MAFRA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

I - A relação jurídica de base cuida de cobrança dos créditos tributários referentes à IPTU e TAXAS IMOBILIÁRIAS relativos ao exercício fiscal de 2006, em virtude da dívida ativa inscrita na certidão de nº 1.09.007089-5, inscrita em 29/08/2009, anexada nas fls. 03 do caderno processual.

II- Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

III- Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 19/12/2010, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 04 de novembro de 2011 (cf. certidão de fl. 04-v).

IV- Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

V - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

VI - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 1<sup>º</sup> de <sup>JULHO</sup> junho de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO nº 0072427-95.2010.8.17.0001 (0333966-0)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

PROCURADOR: LORENA COELHO GANTOIS MASSA

AGRAVADO: ALBANY MAFRA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município do Recife em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0333966-0.

O Magistrado de piso, nos autos da Execução Fiscal nº 0072427-95.2010, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e Taxas Imobiliárias relativas ao exercício fiscal de 2006.

Irresignado, o Município do Recife apresentou Apelo voluntário, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil (cf. fls. 39/44).

Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Em síntese, sustenta o Município Agravante que: i) não houve a consideração do marco interruptivo da prescrição concernente à propositura da demanda; ii) o termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional é o vencimento da parcela não paga constante do carnê do IPTU, quando se dá a constituição definitiva do crédito tributário; e iii) sendo dado o efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabe ao Poder Judiciário o cumprimento do impulso processual (art. 262 do CPC c/c Súmula 106 do STJ).

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 1º de JULHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



Handwritten initials or signature in the top right corner.

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO nº 0072427-95.2010.8.17.0001 (0333966-0)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

PROCURADOR: LORENA COELHO GANTOIS MASSA

AGRAVADO: ALBANY MAFRA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,  
RELATOR:

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

*In casu*, o crédito tributário foi constituído, através de lançamento de ofício, no ano de 2006, e a ação iniciada virtualmente no ano de 2010.

Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exequente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 19.12.2010, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em novembro de 2011, conforme se depreende dos autos (fl.4-v), não havendo, neste interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado, quando de posse dos autos na forma virtual, sendo evidente sua desídia em ver seu crédito tributário satisfeito.

Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC,

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Ademais, esta col. Corte de Justiça Estadual também tem encartado o mesmo posicionamento, consoante o julgamento da Apelação Cível n. 0269323-6, de relatoria do e. Des. Francisco Bandeira de Mello.

Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ na prática levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exequente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em novembro de 2011, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário relativo ao exercício de 2006.

Outrossim, conforme orientação sumulada pelo col. Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de exação referente a IPTU, a notificação do lançamento, que constitui definitivamente o crédito tributário, se dá com o recebimento do carnê de pagamento, o qual conterá os dados relativos ao imóvel sobre o qual incide o tributo, além das datas de pagamento das parcelas, ou cota única, que não terão vencimento inferior ao prazo para o proprietário do imóvel impugnar a notificação. Senão vejamos:

Enunciado nº 397 da Súmula do STJ:

*"O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço."*

Em consequência deste entendimento, ainda de acordo com a col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ, tem-se, em regra, como termo inicial da prescrição relativa ao IPTU a data de vencimento prevista no carnê de pagamento.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Nesse sentido, observem-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. PRECEDENTES.*

*1. O termo inicial da prescrição referente ao IPTU é a data de vencimento prevista no carnê de pagamento. Precedentes.*

*2. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo não provido. (STJ, EDcl no AREsp 44530/RS, rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 28.03.2012).*

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.*

*1. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Contudo, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.*

*(...) 3. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no Ag 1310091/SP, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 24.09.2010).*

*PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 302 DO CPC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 131, 458 E 535 DO CPC - ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA - SÚMULA 7/STJ - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - DESNECESSIDADE DA SUA JUNTADA AOS AUTOS DA EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - ENVIO DO CARNÊ DE PAGAMENTO - SÚMULA 397/STJ.*

*(...) 5. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Entretanto, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.*

*6. Necessidade do retorno dos autos à origem para a análise da incidência da prescrição à luz do entendimento jurisprudencial do STJ.*

*7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido. (STJ, REsp 1180299/MG, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 08.04.2010).*

Ocorre que, *in casu*, não comprovando o Município do Recife a data de vencimento do carnê para pagamento, deve-se tomar como termo *a quo* do prazo prescricional quinquenal, a data da constituição definitiva do crédito tributário, que ocorre no 1º dia útil do ano referente ao lançamento do

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



76  
dv

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

imposto, de acordo com os artigos 16 e 31 do Código Tributário do Município do Recife.

Acerca do tema, colaciono os seguintes julgados do col. Superior Tribunal de Justiça:

**PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.**

1. A jurisprudência desta Corte tem consolidado o entendimento de que o termo inicial do prazo prescricional, em se tratando de IPTU, tributo sujeito a lançamento direto com vencimento previsto em lei, ocorre em primeiro de janeiro de cada ano.
2. Nos termos do art. 174 do CTN, na redação anterior a Lei Complementar 118/05, o mero despacho do juiz não interrompe a prescrição, sendo indispensável a citação regular (EResp 85.144/RJ).
3. Decorridos mais de 05 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a citação do devedor, tem-se por inafastável a ocorrência da prescrição. Precedentes.
4. Recurso especial não provido. (STJ, REsp 1.046.016/MS, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 07.11.2008).

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL RECONHECIDO. CITAÇÃO REALIZADA APÓS O INTERREGNO DE 5 ANOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM 06/12/2002. INAPLICABILIDADE DO ART. 174 DO CTN COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LC N. 118/2005. RECURSO ESPECIAL NÃO-PROVIDO.**

1. Tratam os autos de execução fiscal movida em 06.12.2002 pelo Município de Novo Hamburgo, pelos débitos de IPTU referentes aos exercícios de 1991 a 1998. O juízo sentenciante julgou os créditos prescritos, em virtude do acolhimento da exceção de pré-executividade. Inconformado, o ente público apelou. O Tribunal a quo, negou-lhe provimento. Irresignado, o Município manejou recurso especial fulcrado na alínea "c" do permissivo constitucional, alegando divergência jurisprudencial acerca da aplicação da LC n. 118/2005 bem como da data da constituição do débito fiscal referente ao ano de 1998. Contra-razões pelo não-seguimento do recurso e, no mérito, pelo não-provimento do recurso especial.
2. Não merece reforma o acórdão recorrido, porquanto não se aplica à espécie a alteração que a LC 118/05 aplicou ao art. 174 do CTN. Assim, somente a efetiva citação do executado teria o condão de suspender a curso da prescrição (e não o mero despacho que a determinou), fato que se verificou em interregno superior a cinco anos da constituição do crédito.
3. A exigibilidade do débito tem início na data da constituição definitiva do crédito, que, tratando-se de imposto sujeito a lançamento direto, como é o caso do IPTU,

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

com vencimento previsto em lei, realiza-se em 1º de janeiro de cada ano, fluindo, a partir de então, o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 174 do CTN, para a propositura da execução fiscal.

4. No caso, a constituição definitiva do crédito em questão deu-se em 01.01.1998, data do vencimento da 1ª cota ou cota única do IPTU. Desse modo, o recorrente deveria ter procedido à cobrança do crédito até 1º de janeiro de 2003, no entanto, conforme consta no acórdão a quo e no próprio recurso especial, o despacho que ordenou a citação do executado ocorreu em 10.02.2003 (fl. 14), porém a efetiva citação somente veio a ocorrer em 26.06.2003 (fl. 20), quando já se encontrava prescrito o direito de a Fazenda proceder à referida cobrança. Confira-se teor do acórdão recorrido (fl. 71): O Município ajuizou a demanda em 06.12.2002, executando crédito relativo a IPTU incidente sobre o imóvel de propriedade da excipiente, referente aos exercícios financeiros de 1991 até 1998. A exigibilidade do débito em questão tem início na data da constituição definitiva do crédito, que, tratando-se de imposto sujeito a lançamento direto, como é o caso do IPTU, com vencimento previsto em lei, realiza-se em 1º de janeiro de cada ano, fluindo, a partir de então, o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 174, para a propositura da execução fiscal. Logo, também está prescrito o exercício de 1998, porquanto até 1º de janeiro de 2003 não havia sido citado o executado.

5. Portanto, como reconhecido no acórdão recorrido, realmente está prescrito o crédito fiscal referente ao exercício de 1998, tendo em vista que a citação do executado só ocorreu em 26.06.2003.

6. Recurso especial não-provido. (STJ, REsp 1.006.192/RS, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJe 23.06.2008).

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos. É como voto.

Recife, 1º de <sup>junho</sup> de 2014.

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
RELATOR